

## A efetividade do acompanhamento de egressos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado da Bahia

*The effectiveness of monitoring graduates in the Federal Network of Professional and Technological Education in the State of Bahia*

Recebido: 15/08/2021 | Revisado:  
14/01/2022 | Aceito: 08/11/2021 |  
Publicado: 25/05/2022

**Etiene Santiago Carneiro**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0335-4958>  
Instituto Federal Baiano  
E-mail: [etiene.carneiro@ifbaiano.edu.br](mailto:etiene.carneiro@ifbaiano.edu.br)

**Carlos Alex de Cantuária Cypriano**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1768-7817>  
Instituto Federal da Bahia  
E-mail: [alexcpriano2@gmail.com](mailto:alexcpriano2@gmail.com)

**Shirlei Pereira de Souza**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8206-2744>  
Instituto Federal da Bahia  
E-mail: [shirlei@ifba.edu.br](mailto:shirlei@ifba.edu.br)

**Marcelo Vera Cruz Diniz**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1772-7727>  
Instituto Federal da Bahia  
E-mail: [marcelovcd@gmail.com](mailto:marcelovcd@gmail.com)

**Como citar:** CARNEIRO, E. S.; et al.; A efetividade do acompanhamento de egressos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado da Bahia. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1 – 15, e12900, mês. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

As instituições de ensino ligadas à formação de trabalhadores precisam reavaliar seu processo de ensino-aprendizagem e dentro dessa perspectiva, o acompanhamento de egressos torna-se uma excelente ferramenta para avaliação e adequação dos cursos ofertados. O presente artigo busca identificar de que forma o egresso é acompanhado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no estado da Bahia. Para tanto, buscou analisar a efetividade das políticas e diretrizes traçadas para o acompanhamento dos egressos no IFBA e no IFBaiano, a partir dos documentos institucionais. Como aporte teórico utilizou-se os estudos de Frigotto, Ciavatta & Ramos (2012), Moura (2007), Kuenzer (2007), bem como de alguns autores que pesquisam o acompanhamento de egresso no Brasil. A metodologia é de cunho exploratório com abordagem qualitativa. Como resultado constatou-se que o acompanhamento de egressos na rede federal baiana ainda é um desafio, necessitando, portanto, de reformulação das atuais propostas de acompanhamento para com estes sujeitos.

**Palavras-Chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes institucionais. Acompanhamento de Egressos.

### Abstract

Educational institutions linked to the training of workers need to reassess their teaching-learning process and within this perspective, monitoring graduates becomes an excellent tool for evaluating and adapting the courses offered. This article seeks to identify how the graduate is monitored in the Federal Network of Professional and Technological Education in the state of Bahia. Therefore, it sought to analyze the effectiveness of the policies and guidelines outlined for monitoring graduates at IFBA and IFBaiano, based on institutional documents. As theoretical support, the studies by Frigotto, Ciavatta & Ramos (2012), Moura (2007), Kuenzer (2007) were used, as well as some authors who research the follow-up of graduates in Brazil. The methodology is exploratory with a qualitative approach. As a result, it was found that the monitoring of graduates in the Bahian federal network is still a challenge, requiring, therefore, the reformulation of the current monitoring proposals for these subjects.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Institutional guidelines. Follow-up of graduates.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT sofreu diversas transformações no decorrer do século XX, e principalmente neste início do século XXI. Tais transformações foram decorrentes de reformas políticas, educacionais e econômicas que na maioria das vezes, levaram em consideração os interesses de uma pequena parcela da sociedade. De todo modo, as instituições de ensino ligadas à formação de trabalhadores, precisam a todo instante, reavaliar as suas práticas pedagógicas, para que possam formar sujeitos capazes de desmistificar as contradições sociais, políticas e econômicas que ocorrem na atualidade e exercerem sua cidadania e se inserirem no mundo do trabalho de maneira crítica e emancipada, como preconiza as bases conceituais da EPT.

Nessa perspectiva, o acompanhamento dos egressos torna-se uma excelente ferramenta para avaliar a qualidade da educação ofertada por instituições que formam trabalhadores, considerando que os egressos podem ser fonte de informação para adequação e reformulação dos cursos, a fim de preparar melhor os sujeitos em formação, para enfrentarem os desafios da vida e do mundo do trabalho.

Nesse viés, o presente artigo busca identificar de que forma o egresso é acompanhado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Para tanto, analisa a efetividade dos mecanismos de acompanhamento dos egressos nos documentos institucionais, a saber: Regimento Geral (RG), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e na Política de Acompanhamento de Egressos (PAE), objetivando identificar as diretrizes traçadas e se estas são eficazes.

Sendo assim, este trabalho dialoga com autores que discutem as bases históricas da EPT no Brasil, tais como: Frigotto, Ciavatta & Ramos (2012), Moura (2007), Kuenzer (2007). A metodologia é de cunho exploratório com abordagem qualitativa, já que se pretende explicar ou descrever um evento ou uma situação (FREITAS; JABBOUR, 2011), verificando como o fenômeno ocorre no caso específico: o egresso.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação profissional no Brasil surge em 1909 com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, no governo de Nilo Peçanha. Neste ponto da história do nosso país, a educação profissional era completamente custeada pelo Estado e continha uma concepção assistencialista. Ela tinha como público-alvo as classes populares e os jovens em situação de rua e abandono, ao quais a legislação se referia como órfãos e desvalidos da sorte (RAMOS, 2014).

Até 1932, aos alunos que concluíam a educação profissional era-lhe cerceado o direito de acesso ao ensino superior. Apenas quem concluía o curso ginasial, tinha o direito de disputar uma vaga nas universidades e faculdades existentes na época, por meio de exames de admissão (MANFREDI, 2016). Deste modo, a oferta da educação profissional proposta, como o normal, o técnico comercial e o agrícola visavam atender as demandas do processo produtivo da época.

Com a reforma Francisco Campos, iniciou-se a estruturação do chamado 2º ciclo, criando os cursos complementares de natureza propedêutica. Os cursos técnicos profissionalizantes e agrícolas permaneciam como estavam, já que correspondiam as funções menos intelectualizadas. Essa dualidade estrutural, onde o trabalho manual era destinado aos desvalidos da fortuna e o trabalho intelectual aos mais abastados permeia as políticas públicas para a educação brasileira durante o século XX. Com as transformações políticas e econômicas da década de 40 a educação sofreu profundas consequências principalmente após a Reforma Capanema, onde os cursos normais e profissionalizantes, foram colocados no mesmo nível do curso colegial (MANFREDI, 2016). Contudo, não asseguravam o acesso ao ensino superior.

Nesse sentido, Kuenzer (2007) afirma que para o acesso ao nível superior eram exigidos conhecimentos de conteúdos gerais, das ciências, das letras e das humanidades. Tais conhecimentos eram reconhecidos como necessários às funções de dirigentes. Segundo a autora, os egressos dos cursos profissionalizantes não tinham conhecimentos voltados a um campo específico de trabalho. Para tanto, deveriam complementar o currículo com conhecimentos de línguas, de ciências, de filosofia e de artes. Também nesse período, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Técnicas Federais e foi criado pelo Decreto-Lei 4.048/42, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, dando origem ao que se conhece hoje como Sistema “S”. De acordo com Moura (2007), o conjunto desses Decretos-Lei evidenciaram a importância que passou a ter a educação dentro do país e, em especial, a educação profissional.

Vale ressaltar que a criação do SENAI e SENAC, em 1942 e 1946, respectivamente, busca atender as demandas definidas pela divisão social e técnica do trabalho, organizada pelo sistema taylorista/fordista em resposta ao crescente desenvolvimento industrial. Nesse contexto, Moura (2007) destaca que a ratificação do “caráter dualista da educação e a sua função reprodutora da estrutura social”. (p. 10).

Em 1961, é promulgada a Lei 4.024/61, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, onde articula os ramos secundários de 2º ciclo e de profissional, para fins de acesso ao ensino superior (BRASIL, 1996). Uma característica importante dessa época é a legitimação de outros saberes, principalmente em decorrência do crescente desenvolvimento dos setores secundário e terciário. Apesar dessa mudança, permanece a dualidade na educação brasileira, com projetos pedagógicos distintos que atendiam às necessidades definidas na divisão social e técnica do trabalho.

Com o golpe militar de 1964, é outorgada a LDB de 1971, onde sua principal característica é uma educação voltada para o trabalho desde o currículo do 1º grau. Nessa época, torna-se obrigatória a habilitação profissional para todos que cursassem o 2º grau, em um total alinhamento as demandas do mercado de trabalho local ou regional. Kuenzer (2007) destaca que a principal articulação do modelo político e econômico da ditadura é a contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, a despolitização do ensino secundário e a preparação de força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico.

Com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Carta Magna de 1988, buscou-se assegurar o financiamento da educação em todos os níveis, ratificando a tríade do desenvolvimento humano, sustentado no preparo para o exercício da

cidadania e qualificação para o trabalho. Contudo, esse projeto aludido no texto constitucional confrontou-se com o projeto dominante do século XX. Segundo Frigotto, Ciavatta & Ramos (2012), mal a Constituição foi promulgada, já em 1989, iniciou-se, com o governo Collor de Mello, a radicalização da modernização conservadora.

Na mesma percepção, Ramos (2014) destaca que Collor propôs para o Brasil um modelo de reestruturação econômica e de intervenção do Estado afinado com o ideário neoliberal, tendo como base o instrumento analítico desenvolvido no chamado Consenso de Washington. Formulado por economistas de instituições financeiras localizadas na capital dos Estados Unidos, o Consenso de Washington reúne um conjunto de medidas que buscava garantir crescimento econômico de países da América Latina, alicerçada em políticas neoliberais. Assim, Frigotto (2010) afirma que os debates político e econômico foram substituídos pelo discurso técnico-gerencial e pelo ideário do ajuste, da descentralização e da privatização.

Nesse patamar histórico, o governo Fernando Henrique Cardoso, efetiva durante seus dois mandatos, profundas transformações na educação brasileira, e mais especificamente na EPT. A Pedagogia das Competências, com vocábulos relacionados ao processo da globalização, da flexibilidade, da empregabilidade e da qualidade total transpassa as políticas públicas destinadas à educação, e efetiva-se com a aprovação do Decreto nº 2.208/97.

Com a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores em 2002, um novo horizonte é vislumbrado pelos educadores que defendiam a educação profissional e o ensino médio integrado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu em suas propostas para a educação, a revogação do Decreto nº 2.208/97, o que efetivamente ocorreu em 23 de julho de 2004. Apesar de algumas incongruências, os quatro primeiros anos do seu mandato, foram de avanços significativos nas políticas sociais de distribuição de renda.

A partir da metade do segundo mandato do presidente Lula, buscou-se implementar medidas para a integração entre educação profissional e ensino médio, ações para expansão da rede federal, apoio aos sistemas estaduais de educação profissional e a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA (BRASIL, 2006).

Assim, tais medidas culminaram com a Lei 11. 892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir dos CEFETs e Escolas Técnicas. A respectiva lei define os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica e profissional, multicampi, especializados na oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2008). No Estado da Bahia, existem atualmente duas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o IFBA e o IF Baiano.

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, através de uma educação profissional técnica e tecnológica de qualidade expandiu-se gradativamente, com o plano de governo do presidente Lula, fortalecendo assim, as unidades descentralizadas do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA). Atualmente, é constituído por 22 (vinte e dois) *campi*, 1 (um) Núcleo avançado, 5 (cinco) Centros de referências, 2 (dois) *campi* em processo de implantação e 1 (um) Polo de Inovação nos municípios baianos, com mais de 50.000 habitantes e Arranjos Produtivos Locais (APL), além daqueles que apresentam alto

índice de extrema pobreza. Logo, vem implantando nesses municípios programas/projetos que possibilitem transformar a vida da população local.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), também foi criado a partir da aprovação da Lei 11.892 de 2008, com a integração das Escolas Agro técnicas Federais de Catú, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Em 2010, como parte da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, foram integradas ao IF Baiano as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARC) mantidas pela CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, com unidades em Uruçuca, Itapetinga, Valença e Teixeira de Freitas. Nesse mesmo período, foram implantados mais dois campi, um em Bom Jesus da Lapa e o outro no município de Governador Mangabeira. Em 2012, numa nova fase de expansão dos institutos federais, foram inaugurados os campi de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique, totalizando 14 *campi*.

## 2.1 O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS NO IFBA

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) tem como objetivo a formação profissional e técnica de jovens e de trabalhadores que fazem parte de diversos contextos sociais e econômicos. Sujeitos contextualizados no mundo do trabalho, que a partir de uma formação integral possam transformar a si e, conseqüentemente a sua realidade social. Como esta realidade está em constante mutação e o IFBA, sendo espaço de formação de sujeitos contextualizados, necessita acompanhar essas mudanças sociais e econômicas que ocorrem no mundo do trabalho.

Desse modo, o acompanhamento de egresso pode constituir-se como mecanismo de planejamento, avaliação e retroalimentação da educação profissional ofertada, já que são sujeitos inseridos no mundo do trabalho e com as suas experiências profissionais e acadêmicas possuem uma visão particular com relação à formação recebida, que podem induzir estratégias de melhoria da qualidade do ensino, possibilitando atender as necessidades da sociedade.

Nessa perspectiva, Espartel (2009, p. 104) constata que os egressos, por estarem inseridos no mundo do trabalho “[...] (1) têm uma maior maturidade e conseguem ter uma visão mais ampla, quando o processo já está encerrado e (2) são capazes de verificar, de forma pragmática, a contribuição que o curso trouxe a sua atuação profissional [...]”. Portanto, as pesquisas com os egressos são de suma importância para as instituições de ensino, pois trazem informações referenciais que podem nortear caminhos para a implementação/avaliação de projetos e/ou políticas educacionais.

Nessa proposta, Andriola (2014) afirma que:

Há que se enfatizar o acompanhamento de egressos como relevante estratégia institucional para obtenção de informações acerca da qualidade da formação discente e de sua adequação às novas exigências da sociedade e do mercado de trabalho. (p. 207).

No contexto da Rede Federal, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e o Ministério da Educação (MEC) realizaram uma pesquisa com egressos dos cursos técnicos no período de 2003 a 2007, uma ação inédita na época que analisou 3 (três) indicadores: a empregabilidade dos egressos, a continuidade dos estudos após a conclusão do curso e avaliação quanto a formação recebida.

Assim, o acompanhamento do egresso no IFBA, segundo o Regimento Geral (RG), é de responsabilidade do Departamento de Relações Empresariais (DRE) que tem a incumbência de desenvolver e conduzir ações objetivando a inserção dos ex-alunos no mundo do trabalho, como consta no Art. 106, a saber:

O Departamento de Relações Empresariais (DRE) possui como atribuição: I - Fomentar e acompanhar as atividades relacionadas ao estágio e ao acompanhamento de egresso, visando ao ingresso ao mundo do trabalho; II – Sugerir os ajustes necessários aos currículos dos cursos, a partir de informações obtidas nos diferentes campos de estágio em que atuam os alunos. (IFBA, 2013, p. 50).

Observa-se que o DRE está ligado à Pró-Reitoria de Extensão que é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta as atividades e políticas de extensão e vínculo com a sociedade. No entanto, as funções do Departamento para com os egressos constituem-se em desenvolver e acompanhar atividades que visam o ingresso no mundo produtivo. Notadamente, com um viés mercadológico.

Saber onde estão e quais são as funções que executam são fatores importantes, para refletir a formação e a sua relação com o mercado de trabalho, entretanto quando se pensa uma formação integral do ser humano é oportunizar o sujeito a uma transformação, tanto como pessoa quanto profissional. Ou seja, que vá além da aquisição de competências para suprir as necessidades básicas do mercado de trabalho, mas uma formação para toda a vida. Que no ideário de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) possa ser compreendida e construída continuamente, sob o eixo do trabalho, da ciência e da cultura.

De acordo com o Regimento Geral, o DRE é formado por duas coordenações: a de Serviços e Trabalhos Tecnológicos, responsável por criar e alimentar cadastros de egressos das empresas e a Coordenação de Observação do Mundo do Trabalho, encarregada de sistematizar as informações e propor a implantação de um sistema, que possibilite a análise da inserção dos egressos no mercado de trabalho (IFBA, 2013).

Logo, percebe-se a institucionalização do acompanhamento dos egressos em relação a fomentar e conduzir ações que possam levantar informações para cadastro desses sujeitos, e não para refletir sobre a implementação de um programa e/ou política que possa regulamentar as atividades em todos os *campi*. O que é fundamental para que o acompanhamento de fato, aconteça.

Outro fator importante que não foi detectado durante esta pesquisa é a visibilidade para a comunidade externa dos mecanismos de observação dos egressos, tendo em vista que o documento em análise no Inciso II, do Artigo 108 determina que é uma das atribuições da coordenação “Propor, testar e implementar uma metodologia de análise da inserção dos egressos do IFBA no mercado de

trabalho” (IFBA, 2013, p. 51). Todavia, nas legislações específicas e no site oficial da instituição não constam informações que possam dar visibilidade a essa proposta.

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 - 2018) do IFBA, que apresenta as diretrizes gerais faz referência ao acompanhamento de egresso, como:

Conjunto de ações implementadas que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. (IFBA, p.42).

Percebe-se que a proposta de acompanhamento é enfatizada como uma possibilidade de avaliação tanto do mundo do trabalho quanto da Instituição, já que as possíveis informações coletadas poderão reavaliar a educação profissional ofertada.

Todavia, no decorrer do documento não está explícito quais as possíveis ações que poderão ser implementadas e de que forma serão executadas. Essa falta de planejamento pode dificultar a efetivação do acompanhamento dos egressos. Considerando as diretrizes gerais no PDI e o princípio da autonomia pressupõe que cada campus poderá criar suas próprias ações, e essas poderiam constar num programa de acompanhamento.

O IFBA visa oferecer para a sociedade uma educação profissional na perspectiva de uma formação integral, que possibilite a formação de pessoas, e não apenas técnicos (RAMOS, 2005). Contemplando, deste modo, a dimensão ética, social e política, que partindo da realidade dos sujeitos possa fomentá-los a refletir com criticidade o seu meio, visando compreender e transformar a sua realidade. Como destaca o Projeto Pedagógico Institucional (IFBA, 2013, p. 34):

[...] promover no futuro profissional o desenvolvimento do senso crítico em relação ao mundo que o cerca, buscando instrumentalizá-lo para que ele busque se direcionar pelos princípios de igualdade, solidariedade e sustentabilidade.

Logo, levando em consideração essa formação integral do ser humano proposta pela instituição é fundamental que no planejamento das ações para acompanhar os ex-alunos, além de investigar a inserção no mundo do trabalho e sua percepção quanto ao curso, atribua também como categoria de análise os impactos da formação técnica na vida pessoal, profissional e acadêmica, na tentativa de se criar um relacionamento contínuo com os egressos, e talvez compreender a relação entre a educação ofertada e o mundo do trabalho.

No Projeto Pedagógico Institucional (PPI), documento que dispõe sobre os pressupostos filosóficos e técnico-metodológicos gerais, que norteiam as práticas acadêmicas e a organização didático-pedagógica da instituição menciona a pesquisa com egressos e setores empresariais como indicadores de uma autoavaliação, a partir dos preceitos legais propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFBA realiza periodicamente a autoavaliação institucional, levando em consideração os aspectos globais e os didático-pedagógicos como um todo. Esta avaliação ocorre de acordo com os preceitos do SINAES que articula a regulação e a avaliação educativa, possibilitando a participação dos segmentos da comunidade interna – alunos, docentes e técnicos – e da comunidade externa – pesquisa junto aos egressos e empresas. (IFBA, 2013, p. 31).

Considerando que a avaliação do SINAES é especificamente para a educação superior e estudantes desta modalidade, a CPA que é responsável pela autoavaliação institucional, salienta que engloba nos indicadores todos os segmentos da instituição, por entender que a avaliação deve ser abrangente e envolver a opinião de todos os atores (comunidade externa e interna) no processo educacional.

É importante destacar que o PPI coloca a autoavaliação como um dos instrumentos metodológicos para aferir a “missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); política para o ensino, a pesquisa e extensão [...] planejamento e avaliação; política de atendimento aos estudantes [...]”. (BRASIL, 2013, p. 32). E a participação dos egressos, como comunidade externa, é elemento basilar para o planejamento e a efetivação de ações democráticas.

Ao salientar esses aspectos, evidencia-se que o acompanhamento dos egressos de forma sistemática corrobora na avaliação do ensino, pesquisa, extensão e por sua vez, na tomada de decisões para melhor atender aos interesses da sociedade.

## 2.2 O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS NO IF BAIANO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, tem como finalidade ofertar a Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades, articulando ensino, pesquisa e extensão. Segundo o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a instituição tem como objetivo “formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. (IF Baiano, 2014, p.19).

Conforme seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), a avaliação é um dos saberes fundamentais para o desenvolvimento educacional, implicando em autoavaliação institucional ou avaliação externa. Partindo dessa compreensão, a instituição entende que o acompanhamento de egressos é uma importante ferramenta de reflexão sobre a práxis pedagógica. Assim, destaca o PPPI (IF Baiano, 2014, p. 15 e 16):

O acompanhamento de egresso configura-se ainda como um desafio e uma das principais metas deste projeto pedagógico institucional. Compreende-se o acompanhamento do egresso como mecanismo de avaliação da própria instituição, dispositivo para potencializar o processo formativo e desvelo com o cumprimento de seu papel social. Para tanto, a criação de ferramentas que acompanhe os profissionais tanto na formação verticalizada como na inserção ao mundo do trabalho, expressa uma necessidade eminente no IF Baiano.

O PPPI estabelece princípios gerais orientadores do processo educativo pautados em documentos legais de abrangência nacional, sobretudo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Um desses princípios destaca na alínea I, que é necessário “o acompanhamento do egresso para inserção qualificada e competente no mundo do trabalho”. (IF Baiano, 2014, p. 21). O termo egresso na Política de Acompanhamento do IF Baiano é definido como o estudante que concluiu todas as disciplinas de um curso e colaram grau, sendo então portadores de diploma do referido IF.

A promoção do acompanhamento dos ex-alunos, itinerários formativos e a inserção socioprofissional são destacadas também no PDI, como um dos dezenove objetivos estratégicos do instituto, para o quinquênio 2015-2019. Para promover tal acompanhamento, o documento estabelece como indicador o índice de egressos empregados na área de formação ou em áreas correlatas, e os que ingressam novamente na instituição. A fórmula de cálculo não é descrita no PDI, mas o mesmo propõe metas globais e intermediárias de tais índices.

Com o objetivo de consolidação dos cursos ofertados, o PDI estabelece iniciativas estratégicas e destaca que os projetos pedagógicos dos cursos ofertados devem estar alinhados à identidade institucional e indissociáveis no acompanhamento de egressos. Para tanto, propõe cinco iniciativas estratégicas, tais como: “I – Implantação do Portal dos Egressos; II – Apoio à inserção socioprofissional; III – Estímulo ao itinerário formativo; IV – Estímulo de egressos em projetos de pesquisa e extensão; V – Socialização de egressos” (IF Baiano, 2014, p.50).

O PDI, destaca que essas iniciativas estratégicas são importantes pois asseguram que a condição profissional e o potencial de empregabilidade do egresso podem revelar a pertinência dos cursos e orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão no sentido de atender as demandas do mercado.

O PDI estabelece que o Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano está sendo implantado gradativamente, sendo necessária ações de aplicação de questionários para obtenção de informações sobre o curso realizado e sobre as dificuldades de colocação e recolocação no mercado de trabalho, cadastro de egressos no portal do egresso, banco de currículo e de cadastro de vagas de empregos e concursos, cadastro de cursos de aperfeiçoamento, capacitação, formação continuada e realização de eventos, para conagraçamento dos egressos (IF Baiano, 2014).

Segundo a referida política, essas ações estão vinculadas à Pró-reitoria de Ensino e à Diretoria de Assuntos Estudantis, e nos *campi* à Coordenação de Integração Escola Comunidade (CIEC). Em 04 de dezembro de 2018, foi lançado no site do IF Baiano, o Portal do Egresso, com vistas a colher informações sobre a vida profissional dos mesmos e para avaliação dos cursos.

A Política de Acompanhamento dos egressos (PAE) afirma que com estas informações o IF Baiano poderá ter conhecimento sobre o perfil atual dos seus egressos, a formação recebida e a vinculação destes sujeitos no mundo do trabalho.

Conforme exposto, compreende-se que os mecanismos de acompanhamento de egressos do IF Baiano estão pautados na concepção de formação para atender às

demandas do mercado de trabalho, ao contrário do que preconiza às bases conceituais da EPT, na perspectiva de formação omnilateral e de formação cidadã.

### 3 METODOLOGIA

De caráter bibliográfico, investigativo e crítico, a presente pesquisa é exploratória, já que examina os documentos institucionais dos lócus em análise. Para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa que proporcionou uma visão geral das políticas de acompanhamento de egressos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado da Bahia. Segundo Gil (2008, pg. 46), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Como método de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa e análise documental das seguintes fontes: Regimento Geral (RG), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE). Para Bardin (2009), a análise documental consiste em representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente da original. E para esta pesquisa, a técnica de análise tem como objetivo: identificar nos documentos em análise, as diretrizes traçadas para o acompanhamento de egressos, destacando aspectos positivos e negativos, bem como sinalizando àqueles que necessitam de uma reavaliação para atender melhor o público proveniente da EPT.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os egressos como público de uma instituição configuram-se como um dos indicadores para delinear estratégias de uma avaliação sistemática e contínua do ensino como um todo. Sendo assim, o acompanhamento dos ex-alunos pode ser um canal para que as instituições analisem a eficácia de sua atuação, identificando e definindo formas de monitoramento e avaliação dos seus cursos. Levando em consideração esses pressupostos, o IFBA nos seus documentos basilares (RG, PDI e PPI), pondera que o acompanhamento dos egressos deve ser feito por determinados setores, todavia não foi detectado um mecanismo ou programa que possa conectar os egressos a instituição para que de fato, o acompanhamento aconteça.

Diante dessa constatação, o desenvolvimento e implantação de uma ferramenta tecnológica pode corroborar para um acompanhamento eficaz, aproximando os egressos da instituição. Para tanto, o uso de um portal on-line como mecanismo de acompanhamento pode ser uma ferramenta eficiente na comunicação da instituição para com seus ex-alunos. E sabendo que é necessário ter um feedback da educação ofertada, o acompanhamento através desta ferramenta digital pode trazer informações valiosas, intervindo na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Barbalho (2004), concebe portal digital como um conjunto de elementos que se bem desenvolvidos criam um elo com os usuários.

Os portais representam a reunião de diversos serviços ofertados por meio eletrônico que foram agrupados de modo a possibilitar que, em um único endereço, o usuário pudesse encontrar uma variedade de opções que atendessem às suas necessidades e expectativas quando do acesso à rede e, com isto, gerar uma fidelização a ele. (p.5).

Partindo desse conceito, entende-se que o portal é um mecanismo que pode materializar a relação da instituição com os ex-alunos, visto que possibilita manter vínculo com estes sujeitos de forma dinâmica e interativa, a partir de serviços disponibilizados e a divulgação de informações atualizadas.

De acordo com Paul (2015), os portais de egressos no Brasil vêm expandindo-se ao longo das últimas décadas e estão sendo implantados gradativamente, ainda assim, as “instituições federais parecem se mostrar bastantes conservadoras quanto a esse aspecto” (PAUL, 2015, p. 324). Fato esse, que é observado nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, já que somente 42% de todos os institutos possuem portal. O que remete à necessidade de criar este mecanismo como ferramenta de acompanhamento dos ex-alunos, possibilitando obter informações precisas sobre a trajetória desses sujeitos após a formação profissional. Para o autor, um programa de acompanhamento deve seguir alguns parâmetros, como:

Caráter institucional sistemático e participativo; periodicidade regular e atualização permanente; utilização de tecnologias da informação para coleta de dados; definição clara e adequada da população a ser atingida, segundo os tipos de diplomas; produção de escalas adequadas para a avaliação dos destinos ocupacionais e sua relação com a formação; e disponibilização dos bancos de dados para a comunidade acadêmica (PAUL, 2015, p. 309).

Nessa perspectiva, o portal pode ser desenvolvido com as funcionalidades básicas para a sua aplicação, e posteriormente os serviços disponíveis vão se adequando ao público-alvo. Com uma linguagem clara e objetiva, o mecanismo de acompanhamento pode conter alguns aplicativos e redes sociais para expandir a comunicação.

Logo, é de suma importância que o IFBA não perca os “laços” com os seus ex-alunos, e a implantação de um canal de comunicação pode se tornar uma ferramenta eficiente nessa relação, porém para que essa ferramenta seja eficaz e alcance os resultados almejados é necessário estar constantemente atualizada e dispor de uma plataforma atraente e interativa.

Já a análise dos documentos institucionais e do Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano, mostrou que o instituto já possui mecanismo de acompanhamento de egressos implementados. Contudo, a análise desses documentos institucionais demonstra que os mecanismos implementados possuem ações limitadas para o acompanhamento de egressos, visto que buscam apenas traçar um perfil desses sujeitos, identificando níveis de empregabilidade e continuidade nos estudos, não levando em consideração as transformações recentes

do mundo do trabalho e principalmente ignorando o egresso enquanto sujeito autônomo e capaz de intervir e agir de forma consciente na realidade em que vive.

O portal de egresso do IF Baiano apresenta informações sobre oportunidades de emprego, através de links para sites de cadastramento de currículos, dicas de editais e chamadas públicas vigentes, além de links e orientações para a pesquisa. Através do portal, o instituto disponibiliza o questionário para pesquisa com os egressos, estruturado em 04 etapas: identificação do discente, informações escolares/acadêmicas, nível de satisfação com o instituto, situação atual e informações profissionais.

Outro fato que merece destaque é que após a implementação do Programa de Acompanhamento de Egressos em 2017 e do lançamento do portal e do questionário da pesquisa em 2018, o IF Baiano ainda não apresentou relatório com os resultados, mesmo que parciais da referida pesquisa, como também não discutiu com a comunidade acadêmica o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento dos egressos, demonstrando que o tema é prioridade, apenas nos documentos institucionais.

Apesar de compreender que a não divulgação dos resultados não significa a inexistência de dados, demonstra que o programa de acompanhamento de egressos existe mais para cumprir exigências legais, do que para contribuir para retroalimentação das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Os resultados da análise demonstram a necessidade de reformulação dos atuais mecanismos de acompanhamento de egressos do IF Baiano, e para contribuir com o tema, uma das autoras desenvolveu como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica, o produto educacional Na trilha do Egresso: Um guia para orientar as pesquisas com egressos da educação profissional e tecnológica na perspectiva da formação omnilateral, cujo objetivo foi responder à problemática de quais informações devem ser coletadas e que concepções metodológicas devem ser utilizadas nas pesquisas com egressos do IF Baiano, que levem em consideração a perspectiva da formação de sujeitos autônomos para a inserção no mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.

O guia Na trilha do Egresso, foi elaborado a partir da análise das contribuições de Paulo Freire (1996;2017), Edgar Morin (2000;2015) e Pedro Demo (2012) no que tange à formação para construção da autonomia, levando em consideração as mutações do mundo do trabalho, a partir das reflexões de Antunes (2009) e Meszáros (2011). Parte da compreensão de que o papel da EPT não é atender as demandas do mercado e sim da formação omnilateral e cidadã, na perspectiva de formação de sujeitos com características da autonomia para a sua inserção no mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.

A elaboração deste guia apresentou-se como um grande desafio, visto que até o presente momento, não foram encontradas muitas pesquisas que pudessem subsidiar a sua construção, tanto no que diz respeito à modalidade do produto educacional, quanto na abordagem e perspectivas adotadas. Logo, a proposta foi desenvolvida a partir das leituras e estudos de uma das autoras e dos dados coletados em sua pesquisa de campo para a elaboração de sua dissertação no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Bahia, Campus Salvador.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises dos documentos institucionais do IFBA e do IF Baiano, constata-se que o acompanhamento de egresso é proposto como elemento de avaliação da educação profissional ofertada. No entanto, a efetivação das políticas ainda é um desafio, mesmo com diretrizes indicando ações consubstanciais e significativas faltam na prática, à inserção de mecanismo que de fato, realizem o acompanhamento.

Destaca-se também a inexistência, até o momento deste estudo, de uma política de acompanhamento de egresso no IFBA. O que existe de fato é a institucionalização de um conjunto de ações visando o acompanhamento do ingresso dos ex-alunos no mundo produtivo. Logo, urge a implantação de uma política consistente que dê visibilidade aos egressos, possibilitando a efetivação sistemática e contínua do acompanhamento dos mesmos.

Com relação ao IF Baiano, faz-se necessário uma reformulação dos atuais mecanismos de acompanhamento de egressos, visto que os atuais não contribuem para avaliação institucional no sentido do cumprimento do papel social da formação cidadão e omnilateral, assim como preconiza as bases conceituais da educação profissional e tecnológica.

É preciso compreender que a observação eficaz do egresso, enquanto sujeitos emancipados, inseridos na sociedade e no mundo do trabalho, podem contribuir para a reformulação de toda prática pedagógica das instituições pesquisadas, visto que, a partir de um olhar peculiar com relação à formação recebida, possibilita redimensionar a oferta dos cursos e possíveis atualizações curriculares, propiciando uma educação profissional de qualidade que atenda aos anseios da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Portais eletrônicos: estudo comparativo da oferta em Comunicação**. XVI ENDOCOM – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação. Porto Alegre, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192) Acesso em 18 NOV. 2018.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**.

ESPARTEL, Lélis Balestrin. **O uso da opinião dos egressos como ferramenta avaliação de cursos: o caso de uma instituição ensino superior catarinense.** Revista Alcance, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 102-114, 2009.

FREITAS, Wesley R. S; JABBOUR, Charbel J. C. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões.** Estudo & Debate, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** In JAQUELINE MOLL & Colaboradores. (Org) **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2012.  
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO - IF Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional: Identidade e Gestão para a construção da excelência.** Salvador, 2014.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO - IF BAIANO. **Projeto Político Pedagógico Institucional do IF Baiano.** Salvador, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA. **Planejamento Pedagógico Institucional do IFBA.** Salvador, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA 2014-2018.** Salvador, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - IFBA. **Regimento Geral do IFBA.** Salvador, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal.** 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração.** Holes, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

PAUL, Jean-Jacques. **Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional.** Caderno C R H, Salvador, v. 28, n. 74, p. 309-326, mai./ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n74/0103-4979-ccrh-28-74-0309.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. 1ª Edição. Coleção Formação Pedagógica, volume V. Curitiba, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado**. In: RAMOS, Marise Nogueira. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. In: FERRETTI, Celso J; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felicias R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (orgs). **Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.